



Brasil Carinhoso: uma análise da cobertura jornalística da Folha de São Paulo¹

Rafael Rangel WINCH²

Rosane ROSA³

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

A partir do conceito de política pública social e os desafios para o jornalismo, o artigo analisa a cobertura da Folha de São Paulo (FSP) sobre o Programa Federal Brasil Carinhoso. Objetiva-se compreender como o jornal monitorou o desenvolvimento do respectivo Programa, principalmente em relação às fontes e enquadramentos. Busca-se ainda, refletir sobre o papel do jornalista como agente fiscalizador das políticas públicas implementadas pelo Estado. Para tanto, utilizou-se técnicas da Análise de Conteúdo a fim de avaliar as notícias e reportagens referentes a essa ação do governo, publicadas na FSP, entre 2012 e 2013. O estudo evidenciou: forte uso de recursos didáticos, baixo monitoramento da pauta, desequilíbrio na escolha das fontes, pouca contextualização e problematização do fenômeno da desigualdade e da pobreza.

Palavras-chave

Jornalismo; Políticas Públicas Sociais, Programa Brasil Carinhoso

Introdução

O jornalismo enquanto instituição social, produtora de subjetividades, possui certo poder de disseminar valores, idéias e forjar consensos. A influência da prática jornalística ganha dimensão singular em conteúdos com temáticas sociais. Nesse sentido, a cobertura e representação das políticas públicas pelos veículos de comunicação necessita ser constantemente questionada e criticada.

A compreensão das políticas públicas sociais demanda conhecimento e sensibilidade por parte dos jornalistas. A princípio, elas podem ser compreendidas como conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, com a participação de entidades públicas ou privadas, que objetivam assegurar direitos de cidadania, de forma difusa ou para determinado grupo social, cultural, étnico ou

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UFSM, Bolsista do PET Comunicação Social, e-mail: rangelrafael16@hotmail.com

³ Profa. Orientadora. Doutora em Ciências da Informação e da Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Profa. Adjunta do Dpto. de Ciências da Comunicação e do POSCOM da Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: rosanerosar@gmail.com



econômico. Sinteticamente, Demo (2007), considera que, do ponto de vista do Estado, a política social deve constituir-se como “uma proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais”.

Por estar inserido na lógica capitalista, historicamente o jornalismo preencheu suas produções de acordo com os princípios morais do sistema vigente. A maioria dos assuntos e enfoques esteve alinhada aos interesses das elites. Entretanto, nos últimos anos, nota-se que, pautas como “as políticas públicas sociais estão conquistando espaços mais nobres na agenda midiática.” (MOTTA, 2008, p. 334). Porém, apesar de as representações jornalísticas de problemáticas sociais, e das próprias políticas públicas do Estado, tornarem-se mais frequentes, os conteúdos ainda carecem de qualidade na abordagem de vários aspectos.

Os direitos humanos em coberturas de políticas públicas

As produções jornalísticas possuem potencial de estabelecer relações entre a ação pública e o discurso. Porém, é necessário que a abordagem seja feita de forma adequada, contextualizada e com uma linguagem propositiva visando à sensibilização e mobilização da opinião pública e da classe política para a resolução dos problemas sociais abordados. A identificação e representação verossímil dos direitos humanos é um indicativo de uma cobertura jornalística de qualidade. Todavia, muitos profissionais da imprensa ainda enfrentam dificuldades na abordagem desses direitos, como explica Almeida (2008, p. 254).

O problema deve-se, em parte, às limitações do processo de produção e transmissão da notícia, dentre as quais destacam-se a escassez de espaço editorial e a busca natural por fatos novos. Também colaboram a inexperiência, a história de vida do profissional e o fato de a formação em direitos humanos ser deficiente no Brasil em todos os níveis educacionais, da escola à universidade.

Em pautas relacionadas às políticas públicas sociais, observa-se a presença de questões que envolvem os direitos humanos. Pode-se citar como exemplo, o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, que se tornou um dos principais programas de garantia do Direito Humano à alimentação no Brasil. No que se refere à representação de políticas públicas sociais como o Bolsa Família, vários veículos jornalísticos, sobretudo os que compõem a mídia hegemônica, realizam coberturas superficiais, e por vezes, preconceituosas. Ainda sobre as representações simplistas e errôneas dos direitos humanos, é pertinente destacar o jornalismo cívico ou público, também chamado de



jornalismo alternativo. Conforme Nelson Traquina (2001), o exercício desse tipo de jornalismo está ligado justamente à transformação das prioridades do jornalista na elaboração de reportagens. Logo, o foco da notícia não deve estar ligado aos jogos políticos institucionais e aos seus desvios éticos, e sim às demandas da sociedade. Importante atentarmos ao fato de que, a própria atividade jornalística, nos seus primórdios, teve um caráter revolucionário, denunciativo, esclarecedor, formador de ideias e fomentador do debate público. Nos dias de hoje, o direito à liberdade de expressão é um dos valores constitutivos mais importantes da sociedade contemporânea. Portanto, até mesmo a rotina da prática jornalista implica uma reflexão constante sobre a linguagem e a representação dos direitos humanos no cotidiano da população.

Jornalismo como agente fiscalizador

A abordagem eficaz de políticas públicas sociais requer uma série de competências do jornalista. Uma delas se refere aos conhecimentos básicos sobre questões orçamentais. No entanto, observa-se que, muitas matérias ainda trazem apenas números e índices soltos, que não contribuem para um debate qualificado sobre os gastos públicos. O baixo entendimento de grande parte imprensa sobre essas questões se torna visível nas narrativas jornalísticas e, posteriormente, dificulta a compreensão dos conteúdos pelos receptores. A problematização e o aprofundamento do destino dos recursos das políticas públicas sociais se colocam como desafios para o jornalismo contemporâneo, como salienta Soliani (2008, p.166).

Os jornalistas devem também cobrar do governo o acompanhamento mais rigoroso dos resultados dos gastos públicos. Um exemplo de sucesso, nesse sentido, é o Bolsa Família, que conta com diversos instrumentos para medir a eficácia do investimento: taxa de permanência na escola, evolução da saúde nas famílias, manutenção do cadastro de beneficiados, dentre outros.

Evidencia-se assim, a complexidade da cobertura de políticas públicas sociais que por possuir significativo grau de subjetividade demanda um olhar sistêmico e processual. Martins e Kroling (2006, p. 154), explicam parte dessa complexidade, no sentido de que “elas não se limitam apenas a uma norma, mas a um complexo de normas e decisões dos Poderes Públicos, consubstanciando-se em uma natureza heterogênea, do ponto de vista jurídico”. Conforme Monteiro (2002), a avaliação das políticas públicas sociais pela imprensa pode ser considerada a partir de três esferas: o estado do problema-base, o estado do Estado e o estado da sociedade. A primeira esfera indica que ao cobrir temas sociais, os jornalistas precisam saber quais são as fontes e



dados relevantes e as estatísticas pertinentes, o que atenta para a necessidade de se familiarizar com agências públicas e privadas que coletam informações de forma sistemática e consistente. A segunda esfera diz respeito à importância da identificação da capacidade de intervenção do Estado, principalmente na fase inicial da implementação de determinada política pública social. A última esfera aponta que a avaliação, exige que se considere o estado da realidade no período inicial da política pública. Sendo assim, nesta esfera, os profissionais do jornalismo precisam avaliar com sensibilidade as diversas condições sociais, o que implica o conhecimento tanto das fontes, quanto de dados estatísticos. Também se faz necessário o uso cuidadoso de informações deste tipo para contextualizar os conteúdos jornalísticos produzidos.

Breve Contexto da Assistência social no Brasil

A raiz histórica da assistência social no país é baseada na caridade, filantropia e na solidariedade religiosa. No que se refere à atuação do Estado, é pertinente destacar e a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938. O órgão tinha o objetivo de realizar subvenções a obras sociais. Nos anos 40, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (FLBA), com o intuito de amparar famílias de combatentes da 2ª Guerra Mundial. A princípio, tratava-se de um atendimento materno-infantil. Décadas depois, em 1977, surge o Ministério da Previdência e Assistência Social, baseado na centralidade e exclusividade da ação federal.

Porém, foi após a promulgação da Constituição de 1988, que o regime de proteção social do país foi completamente reorganizado. Nesse sentido, a lista de benefícios sociais que geram garantias legais foi ampliada, bem como a responsabilidade pública sobre os grupos mais vulneráveis da sociedade. Entre as principais novidades desse período está o Sistema Único de Saúde (SUS), serviço público e acessível à população brasileira. Em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) é aprovada. A partir de então, inicia-se um processo de construção de gestão pública e participativa da assistência social. No início da nova década e milênio destaca-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. A partir do Programa Bolsa Escola, criado nos anos 90, foi lançado, em 2003, o Bolsa Família. O programa foi pensado como parte de uma estratégia integrada de inclusão social e de prosperidade econômica.



O Bolsa Família tinha como objetivo contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras premidas pela miséria, com alívio imediato de sua situação de pobreza e da fome. Além disso, também almejava estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar indicadores ainda dramáticos, que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série. Pretendia, assim, contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. (CAMPELLO, 2013, p.15)

Dessa forma, o governo buscou amenizar, de imediato, à situação de pobreza das famílias beneficiárias, assim como induzir o acesso dos seus membros às redes públicas de saúde e de educação. Aos poucos, o programa se consolidou como uma das políticas sociais brasileiras mais fortes, sendo expandida pela presidenta Dilma Rousseff.

Rousseff, em seu primeiro mandato, criou o Programa Brasil Sem Miséria, com o objetivo de melhorar a distribuição de renda, reduzindo desigualdades e promovendo inclusão social. Para completar essa proposta, em 2012, foi lançado o Programa Brasil Carinhoso, estratégia que visa o desenvolvimento de crianças ao contemplar iniciativas de educação, saúde e renda. Campello (2013, p.22), explica o funcionamento do Programa:

Em sua vertente de renda, o Brasil Carinhoso transformou a lógica de cálculo dos benefícios do Bolsa Família, instituindo um novo benefício com valor que varia de acordo com a severidade da pobreza. Quanto menor a renda, maior o valor pago pelo Bolsa Família. Assim, o programa garantiu que todos os seus beneficiários ultrapassassem o patamar de renda da extrema pobreza, de R\$ 70,00 mensais.

Inicialmente, o benefício do Programa Brasil Carinhoso se direcionava as famílias com crianças de 0 a 6 anos. Posteriormente, foi estendido aos adolescentes de até 15 anos. Esta alteração no método de cálculo do Bolsa Família mudou o patamar da proteção social no país, instituindo um mínimo de renda abaixo do qual não é aceitável que nenhum brasileiro viva.

Análise da cobertura do “Brasil Carinhoso” no Jornal FSP

Entre os principais veículos de comunicação de massa do Brasil, está a Folha de São Paulo, que desde os anos 80, é classificado como o jornal de maior circulação do país. Devido ao seu alcance e importância histórica na imprensa brasileira, este estudo optou por analisar a cobertura jornalística da FSP sobre o “Brasil Carinhoso”, no período de 2012 a 2013. Para tanto, foi realizada uma busca no acervo online do jornal.



Através de palavras-chaves, foram encontrados os conteúdos que faziam alguma referência a esta ação do governo. O total de arquivos que mencionaram o Brasil Carinhoso foi de 20 páginas, sem contabilizar os que eram propagandas do governo sobre o programa. Primeiramente, as páginas salvas passaram pela análise exploratória do tipo de conteúdo. Nesta fase da pesquisa, descartou-se artigos de opinião, análises, comentários e um texto da Ombudsman do jornal. Dessa forma, foi possível trabalhar com o que a Folha de São Paulo produziu jornalisticamente sobre a ação governamental. Em outras palavras, optou-se por analisar as chamadas, notas, notícias e reportagens publicadas pelo veículo. A metodologia empregada neste trabalho foi a Análise de Conteúdo. Esse procedimento “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. (BARDIN, 2009, p. 38).

O primeiro conteúdo sobre o Brasil Carinhoso, publicado pela Folha de São Paulo foi a notícia *Dilma anuncia pacote para mães e filhos com foco no nordeste e no norte*, em 14 de maio de 2012, dois dias após o anúncio oficial da presidente. O texto enfoca o anúncio da criação do Brasil Carinhoso, através de um tom declaratório, baseado nas falas do discurso de Dilma. A notícia, como destaca Marques de Melo (200, p.65) é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social, mas sem o aprofundamento da reportagem. Por isso, o texto traz os principais objetivos do programa, mas não relaciona, de forma detalhada e problematizada, a nova ação do governo em relação a programas anteriores.

No dia seguinte, em 15 de maio de 2012, o jornal publica a reportagem *Dilma anuncia pacote para tirar 2,5 milhões de pessoas de miséria*. A matéria repete o que a primeira notícia sobre o Brasil Carinhoso relatou. Porém, apresenta mais clareza sobre o programa e traz dados externos, como os referentes à pobreza extrema, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Porto (2008, p.186) legitima a importância desses aspectos:

Ao cobrir temas sociais, os jornalistas precisam considerar a condição do problema social no momento inicial da implementação da política pública. Com este objetivo, as reportagens devem incluir dados estatísticos sobre a realidade social pertinente e os respectivos indicadores setoriais.

Apresenta também trechos do discurso da presidenta Dilma sobre as intenções da ação. Os custos do Brasil Carinhoso, a sua possível relação com o período eleitoral e medidas a serem tomadas pelo Ministério da Educação também são abordados no texto.



Ao lado da reportagem, há um infográfico com os seguintes itens: bolsa família, educação e saúde. Eles trazem informações detalhadas e escritas de forma didática sobre o programa. Este artifício, segundo Velho (2001, p. 7), tem o objetivo de transmitir “de maneira diferenciada e interessante, alguns detalhes importantes da matéria jornalística”. Ainda consta um esquema prático que exemplifica como determinada família com tanto número de pessoas receberia o benefício do governo. Apesar de a reportagem ser mais aprofundada do que a primeira notícia apresentada pelo jornal sobre o Brasil Carinhoso, não há visões de especialistas sobre desigualdade social e também da economia para avaliar a pertinência social e econômica da ação. Portanto, a matéria se resume a uma apresentação do que é o Brasil Carinhoso.

Semanas depois, em 01 de junho de 2012, a notícia *Governo anuncia 687 mil novos cadastros no Brasil sem Miséria* é enquadrada sob a ótica do Brasil sem Miséria. No lead, se encontram as principais informações referentes à meta de cadastramento do programa. O objetivo do Brasil sem Miséria também é apresentado no texto, que possui linguagem objetiva e direta. Faz-se uso das declarações da Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, como fonte preponderante. As fontes oficiais costumam ser as mais procuradas pelos jornalistas, ‘pois emitem informações aos cidadãos e tratam essencialmente do interesse público, embora possam falsear realidade para preservar seus interesses ou do grupo político (SCHMITZ, 2011, p.25). A menção ao Brasil Carinhoso acontece no último parágrafo da matéria, através da descrição do pagamento dos benefícios da ação.

Em 25 de agosto 2012, o Brasil Carinhoso é mencionado na notícia *SP prorroga campanha de vacinação até o dia 31*. Nela, é abordada a prorrogação da campanha de multivacinação para crianças menores de cinco anos, no Estado de São Paulo. Há descrição completa sobre todas as vacinas disponíveis, bem como os dados de quantas crianças já foram vacinadas. Por meio de linguagem concisa, a notícia coloca a multivacinação como uma ação componente do Brasil Carinhoso. Em poucas palavras, o texto menciona que este programa social atende crianças de 0 a 6 anos, e que foi lançado no mês de maio de 2012.

Uma nova reportagem com referência ao Brasil Carinhoso é publicada pelo jornal em 14 de setembro de 2012. *Gasto Federal com anúncios dispara perto das eleições* relaciona o início do período eleitoral brasileiro com o aumento no volume de pagamentos de verbas de propaganda para veículos de comunicação pela Presidência da República. Ao mencionar a posição do governo, o texto cita o Brasil Carinhoso como



uma das necessidades de publicidade, porém o uso do verbo “dispara”, sugere um uso eleitoreiro do Programa. A reportagem trabalha com vários dados, como por exemplo, os do infográfico *A publicidade e as eleições*. No segundo momento da matéria, com o título *Outro Lado*, é apresentado o posicionamento da Secretaria de Comunicação Social da República. Na fala da secretária, o Brasil Carinhoso também aparece. Então, é descrito, de forma breve, o objetivo e a data de criação da ação do governo.

Mais um anúncio do governo é tratado na reportagem de 04 de outubro de 2012. *Pobreza Extrema cai 40% após reajuste no Bolsa Família* enfoca o discurso da presidenta Dilma Rousseff, que relacionou a redução da pobreza extrema brasileira em 40% com os reajustes feitos no Bolsa Família. O texto sinaliza para a discrepância entre os números apresentados pelo governo e os dados apresentados anteriormente. Também há margem para a interpretação de que o anúncio tem relação direta com o período eleitoral: *o anúncio foi feito às vésperas do primeiro turno das eleições municipais e a realização de cerimônias para esse tipo de ato oficial é incomum*. Em outro momento do texto, consta a explicação do que é o Brasil Carinhoso, retratado como uma das principais bandeiras sociais do governo. No olho da matéria, há uma fala de Dilma enaltecendo o programa social. A reportagem ainda apresenta um exemplo prático de como uma família pode acessar o benefício. O texto também é marcado por um tom crítico, principalmente quando o repórter diz que a diminuição da pobreza também precisa levar em conta fatores além do monetário, como o acesso adequado das famílias extremamente pobres a água e saneamento. Apesar de trazer vários dados, a linguagem utilizada pela matéria é de fácil compreensão.

A notícia *Governo anuncia nova expansão de programa social*, publicada em 30 de novembro de 2012, relata a ampliação do Brasil Carinhoso, que passou a beneficiar famílias com membros de até 15 anos. Por meio de linguagem explicativa, o texto apresenta os objetivos do programa, assim como a sua data de criação e relação com a diminuição da pobreza extrema. A notícia reconhece a importância do Brasil Carinhoso, ao dizer que, sem ele, hoje o Brasil teria 36 milhões de miseráveis. O novo custo da ação também é mencionado pelo repórter, que ainda enfatiza que os cálculos sobre a pobreza extrema brasileira levam em conta apenas parâmetros monetários. O texto explica a meta de diminuição da desigualdade social, e faz relação com os feitos anteriores do governo atual, como o Brasil Sem Miséria. Ainda há um infográfico com os números da expansão do Brasil Carinhoso, através do orçamento do Bolsa família desde 2011.



No dia 03 de fevereiro de 2013, o jornal publica uma grande reportagem sobre o Brasil Carinhoso, realizada por um enviado especial do jornal. *13 mil famílias deixam lista da miséria após extra de R\$ 2* começa com a inserção da fala de uma pessoa desempregada que mora no Piauí, relatando que dois reais não servem para comprar nem meio quilo de frango. Carranca, (2012, p. 308), explica a importância desse tipo de estratégia narrativa:

A inserção de um personagem tem o objetivo de “humanizar” os números e ajudar o público a entender os feitos daquela desta ou daquela política no cotidiano da população. Também é importante para lançar luz sobre realidades que os governantes, juízes, empregadores – enfim, aqueles que estão no topo dos processos decisórios de nossa sociedade – desconhecem ou ignoram com o objetivo de responsabilizá-los frente à esfera pública no encaminhamento de medidas que contemplem a superação dos obstáculos e dos indicadores negativos.

O emprego de aspas nas palavras “*miserável*” e “*miseráveis*”, sugere que a população beneficiada pelo programa realmente está saindo da pobreza extrema, mas apenas de forma técnica. A autenticação dessa visão se baseia em entrevistas com duas economistas. Na matéria, As fontes *experts* situam as ações do governo como políticas emergenciais. Também explicam que a erradicação da miséria engloba condições de moradia, vestuário, educação, saúde e emprego. Machado e Tomazetti (2013, p.5), explicam o papel dessas fontes na cobertura jornalística:

O intelectual assume o papel de fonte expert nas coberturas jornalísticas quando é chamado a comentar sobre determinado assunto. Detendo um saber que é científico, o expert-intelectual é aquele que, social e midiaticamente, está autorizado a proferir sua análise dos fatos. Ele seria, portanto, quem possui a competência do diagnóstico, uma vez que, além de sua posição científica consolidada, a própria mídia, ao escolhê-lo, reitera-o como uma fonte distinta das demais.

Apesar de a reportagem enfatizar o extra de R\$ 2, do Brasil Carinhoso, a mesma explica que o valor do benefício é variável, dependendo de cada configuração familiar. O objetivo principal do programa aparece no texto, seguido de um trecho do discurso de Dilma Rousseff, em Teresina, capital do Piauí. O uso da fotografia da entrevistada Luíza, ilustra a primeira parte da reportagem.

O segundo momento da matéria apresenta outros beneficiadas pelo Brasil Carinhoso. Por meio do depoimento de moradores de municípios do Piauí, o repórter



constrói uma narrativa com diversas vozes. Dessa forma, a mídia reconhece “a diversidade de interpretações que caracterizam qualquer sociedade plural e democrática” (PORTO, 2012, p. 188). O enquadramento crítico, com tom de denúncia, pode ser percebido em frases como *eles têm o que comer, mas ainda vivem em situação precária e leite para as crianças às vezes falta*. O texto faz uso de dados do IBGE para mostrar a porcentagem de moradores que vivem na pobreza extrema na região. A fim de corroborar a construção de sentido, ao lado do texto consta uma foto com uma das famílias entrevistadas. Através da imagem, percebe-se o ambiente humilde em que as pessoas descritas vivem. Há ainda, o infográfico *Dois reais para sair da miséria*, dividido em duas partes, que ilustra o que é uma família miserável para o governo, assim como o que faz o Brasil Carinhoso para mudar esta situação. O artifício facilita a compreensão dos objetivos do projeto, pois é didático e explicativo. Outro infográfico mostra o número de famílias beneficiadas pela ação e faz um paralelo com os valores recebidos. Por meio desta matéria, percebe-se que o monitoramento da mídia sobre as políticas públicas deve identificar o que deu certo e o que precisa ser reavaliado e aprimorado. Portanto, é imprescindível comparar os objetivos com os resultados concretos. (PORTO, 2012, p. 185).

Também em 03 de fevereiro de 2013, a Folha de São Paulo traz a reportagem *Programas são bem sucedidos e estão em fase de ‘consolidação’, diz ministério*. Nela, está presente a versão do governo sobre os fatos apresentados na matéria anterior. O uso de aspas na palavra *consolidação* é uma técnica para distanciar o repórter do texto. Ao mesmo tempo, questiona implicitamente o discurso da fonte. A linguagem declaratória da matéria é baseada em falas do Ministério do Desenvolvimento Social. O Secretário Nacional de renda de cidadania, Luiz Henrique Paiva, é a fonte utilizada para explicar que os valores extremos de complemento de renda do Brasil Carinhoso são muito pequenos quando comparados com os valores intermediários. Na mesma reportagem, o uso do advérbio de quantidade *Somente Renda* questiona o fato de o programa desconsiderar outros aspectos, além do financeiro, no combate à pobreza. A definição de famílias com renda per capita de até 70 reais como público-alvo do programa social é questionada pelo texto, quando é colocado que, no mesmo período, os preços dos alimentos subiram em média 12,45%, Mas, logo em seguida, outra fala do secretário explica que, até mesmo as famílias que atingem a meta de no mínimo 70 reais, continuam ganhando outros benefícios das ações do governo.



Em 05 de março de 2013, a reportagem *Fila de miseráveis vai ser zerada até março, diz Dilma* apresenta falas da presidente sobre o combate à pobreza extrema no país. O texto faz auto referência à grande reportagem sobre o assunto, publicada há dois dias antes, pelo jornal. Várias declarações de Dilma são utilizadas como explicação sobre o andamento do Brasil Carinhoso. Percebe-se que, a visita da presidenta à feira agropecuária foi relegada a um segundo plano, para abordar o posicionamento da mesma em relação aos números do programa do governo. O enquadramento privilegia afirmações de Dilma sobre os resultados do Brasil Carinhoso. Nesta matéria, são ressaltadas várias informações já apresentadas anteriormente pelo jornal, principalmente dados sobre a quantidade de pessoas que não são mais miseráveis. A linguagem do texto é marcada pelo tom factual, declaratório e objetivo. Ao lado da reportagem, há uma imagem da presidente, em visita a um assentamento do MST, no interior do Paraná.

No mesmo mês, em 20 de fevereiro de 2013, a matéria *Dilma amplia de novo Bolsa Família e ataca conservadores* aborda a nova ampliação do Bolsa Família. Nela, o repórter relaciona o aumento do benefício com a campanha eleitoral de Dilma, em 2014. O texto também ressalta informações já publicadas em matérias passadas, como os 2,5 milhões de pessoas que ainda constavam abaixo da linha da miséria. Novamente, o jornal salienta que a classificação de pobreza adotada pelo governo só considera o fator renda. A reportagem também enfatiza que o governo ignorou a inflação acumulada desde 2009, superior a 20%. Na parte final, são destacados, de forma detalhada, os gastos do governo federal com o Bolsa Família e suas ações complementárias. Há um grande infográfico com ilustrações que mostra a trajetória dos benefícios para acabar com a pobreza extrema no país. Não há vozes que contestem ou legitimem os gastos do governo. Consta apenas o relato do discurso e das ações de Dilma.

Algumas considerações

O monitoramento e avaliação das políticas públicas sociais precisam ser acessíveis a todos os membros da sociedade. Portanto, “é nesse momento que surge o papel do jornalista, de traduzir para a população o que os resultados dessas avaliações significam na prática”. (COSTIN, 2012, p. 176).

Nessa análise, percebeu-se que a cobertura sobre o Brasil Carinhoso, realizada pela Folha de São Paulo, ocorreu de maneira consequente às ações do governo. O monitoramento da política pública aconteceu de forma esporádica, com exceção ao período de anúncio da mesma. A abordagem centrada em instituições e representantes



do Estado foi preponderante em relação aos beneficiados do programa social. Isso é comprovado pela própria ausência de equilíbrio na escolha das fontes. As notícias e reportagens trouxeram, majoritariamente, fontes oficiais, ligadas a cargos governamentais.

A maioria dos conteúdos analisados enfatizou e reiterou os objetivos da ação. A cobertura também relacionou o Brasil Carinhoso a outras ações anteriores, como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria. Porém, houve pouca contextualização sobre a questão da desigualdade social do Brasil. Os dados sobre a miséria no país, oriundos de declarações do governo, não foram devidamente avaliados e problematizados. A exceção é percebida apenas no questionamento sobre a erradicação da pobreza. Nesse sentido, algumas reportagens, ancoradas em fontes *experts*, conseguiram discutir a problemática para além do fator renda. No que diz respeito à linguagem, observa-se que as notícias e reportagens foram suficientemente didáticas, fazendo uso de vários recursos, como infográficos, que facilitaram a compressão dos conteúdos apresentados.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Verônica. A Mídia e os Direitos Humanos. In. CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. IN. CAMPELLO, Tereza; NERI, Côrtes Marcelo (org) **Programa Bolsa Família – uma década de inclusão e cidadania**. IPEA. Brasília. 2013.

CARRANCA, Adriana. Dar voz à diversidade. IN CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTIN, Cláudia. Avaliação e monitoramento das políticas sociais: dever do Estado moderno. IN CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.



DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 10 ed., São Paulo: Papyrus: 2007.

MACHADO, Alisson; TOMAZETTI, Tainan Pauli; COIRO, Ana Luiza. **Intelectuais como fontes experts da mídia: estruturas de sentimento dominantes, residuais e emergentes na cobertura das manifestações de rua no Brasil**. V SIPECOM: Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação. 2013.

MARTINS, Marianne Rios de Souza, KROLING, Aloísio. O papel das políticas públicas na efetividade dos direitos humanos fundamentais de 2ª dimensão. **Revista Depoimentos**, n. 10, Vitória, 2006.

MONTEIRO, G. T. M. A avaliação dos impactos sociais dos programas do governo. In **VII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA**. Lisboa, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística. In. CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

PORTO, Mauro. P. A mídia e a avaliação das políticas públicas sociais. In. CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook. 2011.

SOLIANI, André. Siga o dinheiro: orçamento e a cobertura das políticas sociais. In. CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.



VELHO, Ana Paula. **A infografia no jornalismo científico: uma análise semiótica.**

Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 2001.